



PEDAGOGIA E DIVERSIDADE CULTURAL: NOVOS TEMPOS, NOVOS RUMOS

Samara Moço Azevedo*
Bianka Pires André**

Resumo: O desrespeito ao outro e às diferenças tem provocado significativas discussões no âmbito acadêmico e no cenário educacional. Essas discussões têm alcançado não só a escola básica, mas também as instituições que oferecem cursos de licenciatura, onde se tem buscado, por meio de reflexões importantes, uma formação que contemple o multiculturalismo como política educacional, a fim de valorizar e promover a diversidade cultural como realidade latente e concreta na sociedade brasileira. Assim, torna-se relevante verificar como a diversidade cultural tem sido tratada em cursos de licenciatura em Pedagogia, tendo em vista as demandas da sociedade e dos contextos escolar e acadêmico na contemporaneidade, buscando compreender quais as combinações necessárias para uma formação multicultural. A pesquisa também buscou analisar se a diversidade cultural tem sido tratada como tema transversal, identificando as disciplinas que abordam especificamente a temática e realizando entrevistas com as coordenadoras dos cursos. Para o alcance dos objetivos propostos, este estudo foi realizado em três instituições de ensino superior que oferecem o curso de licenciatura em Pedagogia, na modalidade presencial, na cidade de Campos dos Goytacazes, no Rio de Janeiro. Este estudo se fundamentou teoricamente nas legislações vigentes e nos documentos norteadores para a formação docente, como também em estudiosos que abordam as questões da diversidade cultural, do multiculturalismo e da pedagogia.

Palavras-chave: Diversidade cultural. Pedagogia. Multiculturalismo. Formação de pedagogos. Educação.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

As instituições de ensino são locais onde é possível encontrar uma imensa variedade de pessoas, advindas de diferentes lugares, possuidoras de diversos valores, crenças, hábitos, costumes etc. Com o avanço de políticas públicas e programas governamentais que garan-

* Doutoranda em Políticas Sociais pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). Mestre em Cognição e Linguagem pela UENF. *E-mail:* samara.moco@gmail.com

** Professora Associada da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). Doutora em Educação pela Universidade de Barcelona. *E-mail:* biankapires@gmail.com

tem a educação como um direito fundamental de todos, a diversidade cultural, antes à margem do sistema educacional, ganha maior visibilidade, tornando-se parte integrante do contexto escolar. Nesse sentido, a partir da universalização da educação, nota-se que as instituições de ensino têm acolhido cada vez mais a diversidade cultural, protagonizando um enorme cruzamento de diferenças e proporcionando a todos o contato direto com variadas culturas, concepções de mundo, etnias, crenças, sexualidade, gênero etc., fato que pode ser enriquecedor para o processo de formação pessoal e profissional.

Segundo Alberto Canen e Ana Canen (2005, p. 21), "vivemos em sociedades marcadas pela diversidade de raças, etnias, culturas, gênero e outras características que formam as identidades dos sujeitos". Essas características influenciam diretamente os âmbitos social, econômico e cultural, e evidenciam a necessidade de levá-las em consideração nas práticas pedagógicas.

Contudo, de acordo com Vera Candau (2012), por mais que tais instituições estejam lidando diariamente com essa vasta diversidade cultural, elas ainda têm resistido à adoção do multiculturalismo como política afirmativa que fortalece esse novo paradigma educacional. Isso se dá porque sua prática pedagógica ao longo da história esteve e ainda está alicerçada em padrões monoculturais e homogeneizadores.

Nesse sentido, percebe-se que o tratamento da diversidade ainda pode ser considerado um desafio para os profissionais da educação, uma vez que, para se trabalhar a diversidade de maneira efetiva, faz-se necessário, sobretudo, adaptar estratégias e medidas educacionais para formar pessoas capazes de respeitar, valorizar e aceitar "o outro", "o diferente"¹.

A partir do exposto, verifica-se a necessidade de analisar o modo como a diversidade cultural vem sendo tratada no ambiente de formação de pedagogos, tendo em vista a demanda contemporânea de formar profissionais aptos para atuarem na sociedade multicultural. A análise se deu a partir das ementas das disciplinas que constituem os cursos de Pedagogia e de entrevistas com as coordenadoras dos cursos.

DIVERSIDADE CULTURAL E EDUCAÇÃO NO BRASIL

A universalização da educação tem proporcionado significativas transformações no ambiente escolar. Estas têm trazido à tona novos desafios para os profissionais da área, exigindo deles uma formação inicial e continuada que contemple a diversidade cultural a fim de garantir o acesso, a permanência e a aprendizagem de todos os discentes.

1 - Entendem-se por "outro" e "diferente" todos os "atores sociais que historicamente tiveram seus direitos negados, não reconhecidos e com menos poder na sociedade, ou seja, tiveram menores possibilidades de influir nas decisões e nos processos coletivos" (CANDAU, 2013, p. 152-153), tais como: negros, indígenas, mulheres, homossexuais, deficientes, pessoas com necessidades educacionais especiais etc.

Vale ressaltar que, nesse contexto de transformações, deve haver um maior investimento na formação dos profissionais da educação com o objetivo de tentar minimizar a fragilidade, a limitação e as dificuldades que as instituições de ensino têm demonstrado quanto ao acolhimento da diversidade e à promoção da garantia de iguais condições de acesso e permanência de todos à educação, adotando políticas e práticas pedagógicas multiculturais e inclusivas.

Segundo Moacir Gadotti (1992), o índice de evasão escolar tem sido cada vez mais alarmante por conta das necessidades dos novos tempos, e cabe destacar que o desinteresse e o desprazer em estar no ambiente escolar também têm sido muito preocupantes. Contudo, as respostas dadas pelos governantes supõem uma compreensão de que o "problema" se encontra no aluno, ou seja, na sua origem econômica, social, entre outras. Com isso, os governantes e as escolas isentam-se de sua responsabilidade e procuram "corrigir 'defeitos' da demanda escolar, sem questionar a si mesma" (GADOTTI, 1992, p. 19).

Demerval Saviani (2010) ratifica essa ideia e afirma que o cenário educacional pós-moderno tem demandado uma mudança de paradigma que por vezes é esmagada pela necessidade de cumprimento dos currículos mínimos, fato que contribui para a exclusão e o não atendimento das diversidades.

Nessa direção, o Decreto nº 7.037/2009 colabora para a tentativa de superar essa questão, ao evidenciar que

A educação e a cultura em Direitos Humanos visam à formação de nova mentalidade coletiva para o exercício da solidariedade, do respeito às diversidades e da tolerância. [...] seu objetivo é combater o preconceito, a discriminação e a violência, promovendo a adoção de novos valores de liberdade, justiça e igualdade (BRASIL, 2009, p. 50).

Para viabilizar essa mudança de mentalidade, o decreto defende que se deve adequar o currículo escolar, incluindo conteúdos que valorizem as diversidades, além de ampliar programas de cultura que tenham por finalidade planejar e implementar políticas públicas para a proteção e promoção da diversidade cultural brasileira, tendo em vista a afirmação da diversidade como mecanismo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária (BRASIL, 2009).

De acordo com José Carlos Libâneo (2011, p. 9):

Os educadores são unânimes em reconhecer o impacto das atuais transformações econômicas, políticas, sociais e culturais na educação e no ensino, levando a uma reavaliação do papel da escola e dos professores.

Para Libâneo (2011), no mundo globalizado, é imprescindível que os alunos sejam preparados para uma leitura crítica das transformações que ocorrem em escala mundial.

Para garantir a educação para todos conforme assegura a Constituição Federal (BRASIL, 1988), é fundamental a qualificação dos profissionais da educação para atuarem nesse novo cenário educacional de maneira efetiva, acolhendo as diversidades (culturais, sociais, econômicas, entre outras) presentes nas instituições de ensino, para que considerem as especificidades de cada indivíduo, uma vez que a diferença é inerente ao ser humano.

MULTICULTURALISMO COMO POLÍTICA EDUCACIONAL PARA O ENSINO SUPERIOR

O avanço das políticas públicas e das ações afirmativas de acesso à educação, como a política de cotas, trazem consigo muitas possibilidades de estudos e pesquisas nas universidades no que tange ao multiculturalismo. No entanto, mesmo existindo uma maior consciência universal acerca do direito ao respeito à diversidade, percebe-se que "estes direitos, hoje tão proclamados, continuam sendo sistematicamente violados nas diferentes partes do mundo", pois só é possível fortalecer e criar essa consciência nos indivíduos por meio de processos educativos. Só assim se formará a cidadania com viabilidade de construir uma sociedade mais justa e democrática (CANDAU *et al.*, 2013, p. 33).

Nesse íterim, Henry Giroux (2003) ressalta a importância de confrontar as relações entre currículo, cultura e poder no ensino superior, a fim de se conquistar uma política educacional que contemple as minorias, por vezes, marginalizadas nas instituições de ensino. Para Giroux (2003), o multiculturalismo, além de desafiar o conteúdo dos currículos, confronta com sucesso a distribuição institucional do poder no ensino superior, que foi expandido pelas ações afirmativas e por outros programas que possibilitaram que os estudantes de minorias tenham acesso a esse nível de ensino.

Assim como o currículo, o multiculturalismo não pode ser compreendido separado das relações de poder que permeiam a sociedade. Tomaz Tadeu da Silva (2016) salienta que, ao longo dos anos, o multiculturalismo ganhou força e tornou-se um movimento legítimo de reivindicação dos grupos culturais dominados, que por muito tempo não tiveram suas formas culturais reconhecidas e representadas na cultura nacional.

Sendo assim, não se pode pensar em educação sem levar em conta os contextos sociais e culturais de produção de poder. Não há a possibilidade de adoção de um currículo que não traga questões relacionadas às lutas por direitos fundamentais e à resistência de grupos sociais contra os massacres financiados e orquestrados pelas elites contra aqueles que não atendem aos padrões instituídos como socialmente aceitos.

A cultura e o poder regem as questões de identidade e de diferença no ensino superior (GIROUX, 2003). Desse modo, uma política educacional que vise contemplar a diversidade cultural presente nas instituições de ensino deveria levar a sério a relação entre a cultura e o poder, "e as implicações que este tem para conectar o trabalho dentro da universidade com

as lutas mais amplas que ocorrem na sociedade, destituindo a supremacia dos modelos centristas de administração da diversidade" (GIROUX, 2003, p. 78).

Segundo Candau (2013), o reconhecimento e a valorização dos saberes e conhecimentos dos grupos subalternizados implicam ética e politicamente o respeito ao diferente e à sua cultura, e um dos pressupostos da educação pautada no multiculturalismo é o reconhecimento do outro como sujeito de direito e ator social.

Sendo assim, os cursos de Pedagogia deveriam desenvolver nos alunos habilidades, conhecimentos e atitudes de questionamento crítico em relação às injustiças e desigualdades, às relações de poder, às discriminações e à mudança social (CANDAU *et al.*, 2013). Isso possibilitaria "o empoderamento dos sujeitos e grupos sociais desfavorecidos, promovendo uma cidadania ativa capaz de reconhecer e reivindicar direitos e construir a democracia" (CANDAU *et al.*, 2013, p. 40).

Considerando o que foi dito, compreende-se que, se cada turma de Pedagogia formar pessoas aptas para atuarem na diversidade cultural, valorizando-as em suas instituições, em curto e médio prazos é provável que tenhamos uma base empoderada que crescerá com habilidade crítica para reivindicar seus direitos e construir uma sociedade mais democrática.

Entretanto, para isso, é preciso uma educação que seja pautada no multiculturalismo como política educacional. Isso exige que os professores que atuam na formação de pedagogos conheçam os estereótipos e padrões excludentes e saibam lidar de maneira crítica e consciente (desconstruindo e desnaturalizando estereótipos e padrões excludentes, lutando contra toda forma de desigualdade existente na sociedade e reconhecendo a diferença como elemento de construção da igualdade) com os direitos conquistados e instituídos ao longo da história do país.

Este aspecto supõe trabalhar a dimensão histórico-crítica da conquista dos direitos, intimamente relacionada com as lutas de libertação de determinados grupos sociais que vivenciam na pele a violação de seus direitos. Nesse sentido, é importante perceber que as diferentes declarações, documentos e leis, internacionais e nacionais, ou os novos direitos que os processos sociais criam, em sua grande maioria surgem como resultado dessas lutas, dessas violações, e aparecem como corolário de um processo histórico determinado (CANDAU *et al.*, 2013, p. 41).

Sendo assim, ressalta-se a importância de se trabalhar política nas instituições de ensino, principalmente a política no sentido histórico e social, a fim de pautar discussões mais amplas sobre os direitos fundamentais, tais como os direitos humanos.

Nesse sentido, uma formação que adote o multiculturalismo como política educacional deve ter em mente a necessidade de relacionar questões cotidianas com fatos históricos,

políticos e sociais, de modo a promover discussões e reflexões que possam mudar esse imaginário de "preconceitos" em relação ao "outro", ao "diferente".

A PESQUISA E SEU CONTEXTO

Os resultados que serão apresentados a seguir foram obtidos a partir de entrevista com três coordenadoras e análise das ementas dos respectivos cursos de Pedagogia. Para a preservação da identidade das coordenadoras, os nomes serão ocultados, e, em seu lugar, utilizaremos: coordenadora A (responsável pela instituição 1 – privada), coordenadora B (responsável pela instituição 2 – sem fins lucrativos) e coordenadora C (responsável pela instituição 3 – pública).

Ressalta-se que a análise realizada não possui o objetivo de comparar as instituições, mas de mostrar o que e como cada uma tem feito, de acordo com suas especificidades administrativas, para atender à diversidade cultural nos cursos de licenciatura em Pedagogia. Esse tipo de comparação torna-se inviável, tendo em vista que cada instituição pertence a uma realidade administrativa, política e financeira diferente. Sendo assim, cada entrevista foi analisada buscando relacioná-la às ementas de seu respectivo curso, para que fosse possível confrontar o discurso institucional com a realidade vivenciada intramuros.

Por esse motivo, optou-se pelo método de análise de conteúdo, uma vez que tal análise possibilita uma investigação documental e da linguagem (fala e escrita). Segundo Laurence Bardin (1977, p. 44), "a análise de conteúdo procura conhecer aquilo que está por trás das palavras sobre as quais se debruça", ou seja, é olhar para além do que foi dito ou do que está escrito.

A diversidade cultural nos cursos de Pedagogia

A diversidade cultural é condição inerente ao ser humano e como tal se faz presente nas diferentes instituições sociais. Desse modo, isso não seria diferente nas instituições de educação que são ambientes totalmente permeados pelas diferenças e devem centrar sua atividade educativa e seu currículo de modo a "ajudar a melhor enxergar o mundo, a retirar o que encobre a nossa faculdade de ver a realidade" (RODRIGUES, 2003, p. 71).

Nessa perspectiva, tornou-se relevante compreender o que as coordenadoras entendem por diversidade cultural.

É você trabalhar com pessoas que tenham culturas diferentes, cultura no caso que eu posso estar exemplificando como pessoas que sejam de religiões diferentes, de raças diferentes, de formação diferente, né? A família é o primeiro grupo social dessas pessoas, a escola é o segundo e é difícil às vezes a família conviver com as diferenças existentes dentro dela

própria, imagina em uma escola conviver com diferenças... Eu acho que o respeito é o ponto... (Coordenadora A).

É a vida, né? Na verdade, talvez se a gente pensasse em enxergar esse bem sem preconceito (a vida), a gente perceberia a diversidade na nossa vida, na própria casa, até no nosso próprio corpo, né? Às vezes é tão diferente uma parte da outra, né? [...] eu acho que é isso, que essa diversidade cultural é a gente enxergar a cultura da gente, respeitar a do outro, entender a grande colcha de retalhos que é a vida [...] Mesmo que a gente discuta isso dentro da escola, isso tem que estar presente nas séries iniciais das escolas, para que as crianças cresçam com entendimento e respeito pelo outro, né? [...] O Brasil é um país com uma diversidade incrível [...] então a gente percebe muito [...] esse preconceito que é do desconhecimento, exatamente porque nas séries iniciais a gente não trabalhou essa diversidade, a gente não respeitou esse outro tão diferente [...] diversidade pra mim é tudo, é vida, é a realidade, né? (Coordenadora B).

A diversidade cultural pra mim [...] são as diversas culturas, né? Agindo e interagindo. E a diversidade cultural, acho totalmente positivo, né? [...] Eu acho que as diferenças são muito enriquecedoras [...] (Coordenadora C).

Por meio dessas falas, percebe-se que as três possuem entendimento acerca da temática da diversidade cultural e acreditam que ela se faz presente em nossa vida, além de ser essencial o respeito ao outro, ao diferente para se manter o princípio de uma harmonia social. Esse entendimento por parte das coordenadoras é de suma importância para se promover uma formação multicultural que privilegie as diferenças, pois faz-se necessário compreender os princípios da diversidade e da diferença para que elas possam atuar de maneira assertiva em seus respectivos cursos.

Assim, torna-se clara a relevância de formar novas mentalidades coletivas e individuais na perspectiva da solidariedade e do respeito às diversidades. No entanto, esse processo formativo precisa ocorrer em vários níveis e domínios mutuamente (CANDAU *et al.*, 2013).

Nessa perspectiva, tendo em vista que o primeiro passo para a promoção da valorização da diversidade cultural e do respeito a ela já se encontrava inerente às coordenadoras, foi preciso fazer o seguinte questionamento: "Você acha importante abordar a temática da diversidade cultural no curso de Pedagogia? Por quê?"

Acho sim, acho não só no curso de Pedagogia, acho no ensino fundamental, no ensino médio também pode-se trabalhar com essas questões, naturalmente com níveis de problemática diferenciados, de textos diferenciados pra atender a faixa etária [...]. É muito importante e é o que eu falei, eu acho que essa diversidade cultural tem que ser trabalhada, sim,

porque o respeito começa aí, quando eu reconheço a diferença que o outro tem (Coordenadora A).

Eu acho importantíssimo. Eu não entendo um educador que não tenha esse pensamento [...] A aceitação dos diferentes e de trazer essa cultura pra ser reconhecida. [...] a questão da diversidade cultural, desse respeito tem que estar embutida no professor e no pedagogo muito mais. Quando ele estiver exercendo as funções gerais de estar observando e articulando o pedagógico da escola, ele tem que estar lidando o tempo inteiro com isso, né? (Coordenadora B).

Olha, eu acho importante, sim, mas eu recentemente estava assistindo a uma palestra de um expert [...]. E ele estava dizendo uma coisa que eu concordo plenamente com ele [...]. Hoje a internet, você abre a internet, e você procura informação que você quer ali na internet... Então a ênfase do currículo deve ser em artes e deve ser em programação, programação... [...] Então essas temáticas de diversidade cultural, de inclusão, não sei mais o que e [...] de português, matemática, geografia, história e tudo mais, são importantes, sim, mas eu não as considero mais prioridade, eu compartilho dessa ideia do especialista em currículo (Coordenadora C).

Por meio do discurso das coordenadoras, pode-se perceber que elas acreditam na importância da diversidade cultural para o curso de Pedagogia. Contudo, apesar de dar destaque à pauta da diversidade cultural, percebe-se que a coordenadora C (instituição 3 – pública), não a vê como uma prioridade para o currículo por causa da velocidade das transformações que exigem do professor uma versatilidade para lidar com essas mudanças, principalmente no que tange às questões tecnológicas.

A concepção da coordenadora C (instituição 3 – pública) evidencia a relação de poder existente no currículo, que tende a privilegiar alguns conteúdos e excluir outros tidos como de menor importância por não corresponderem às necessidades da cultura dominante (SILVA, 2016).

O currículo da escola está baseado na cultura dominante: ele se expressa na linguagem dominante, ele é transmitido através do código cultural dominante. As crianças das classes dominantes podem facilmente compreender esse código, pois durante toda sua vida elas estiveram imersas, o tempo todo, nesse código. [...] Em contraste, para as crianças e jovens das classes dominadas, esse código é simplesmente indecifrável. [...] O resultado é que as crianças e jovens das classes dominantes são bem-sucedidas na escola, o que lhes permite o acesso aos graus superiores do sistema educacional. As crianças e jovens das classes dominadas, em troca, só podem encarar o fracasso, ficando pelo caminho. As crianças e

jovens das classes dominantes veem seu capital cultural reconhecido e fortalecido. As crianças e jovens das classes dominadas têm sua cultura nativa desvalorizada, ao mesmo tempo que seu capital cultural, já inicialmente baixo ou nulo, não sofre qualquer aumento ou valorização. Completa-se o ciclo da reprodução cultural. É essencialmente através dessa reprodução cultural, por sua vez, que as classes sociais se mantêm tal como existem, garantindo o processo de reprodução social (SILVA, 2016, p. 35).

Sendo assim, por mais que a coordenadora C (instituição 3 – pública) defenda que a diversidade cultural não precisa ser tratada como pauta primária, os elevados índices de violência escolar e a repercussão de casos de preconceitos, *bullying* e discriminação vivenciados nas instituições de ensino² demonstram a necessidade urgente de não mais tratar a diversidade cultural como pauta secundária. Contudo, "mexer nessa organização significa mexer com o poder. É essa estreita relação entre organização curricular e poder que faz com que qualquer mudança curricular implique uma mudança também nos princípios de poder" (SILVA, 2016, p. 68).

Nessa direção, Michael Apple (2013, p. 90) afirma que, para a construção de uma política cultural que valorize a diferença, faz-se necessário que as instituições adotem "um currículo e uma pedagogia democráticos", começando "pelo reconhecimento dos 'diferentes posicionamentos sociais e repertórios culturais nas salas de aula, bem como das relações de poder entre eles'".

Sendo assim, dever-se-ia trabalhar a diversidade cultural como primazia, uma vez que, por meio da compreensão das relações de poder que a permeia, é possível deslegitimar "formas de uma pedagogia que negam as vozes, experiências e histórias pelas quais os estudantes dão sentido ao mundo e, assim procedendo, costumam reduzir a aprendizagem à dinâmica da transmissão e imposição" (GIROUX; SIMON, 2013, p. 109).

Para que isso seja possível, é preciso romper com o paradigma capitalista que tende a conceber os espaços de formação de educadores como ambientes de criação de profissionais que atuam na reprodução do sistema, legitimando o *status quo*, reforçando assim a visão mercantilista da educação, com acentuado corte tecnicista (CANDAU *et al.*, 2013).

Além disso, é essencial fomentar nos formandos o aumento do entendimento

2 - De acordo com o relatório do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Programme for International Student Assessment [Pisa]), no Brasil 17,5% relataram sofrer alguma das formas de *bullying* "algumas vezes por mês"; 7,8% disseram que são excluídos pelos colegas; 9,3% afirmaram que são alvo de piadas; 4,1% se sentem ameaçados; 3,2% são empurrados e agredidos fisicamente. Outros 5,3% disseram que os colegas frequentemente pegam e destroem as coisas deles, e 7,9% são alvo de rumores maldosos. Com base nos relatos dos estudantes, 9% foram classificados no estudo como vítimas frequentes de *bullying* (BRASIL NO PISA, 2015, 2016). Levando-se em consideração essa amostra do Pisa, percebe-se que, no total, cerca de 64,1% dos pesquisados sofrem algum tipo de violência na escola, provavelmente por não atenderem aos padrões socialmente instituídos e aceitos (padrões eurocêtricos).

[...] da maneira como a cultura funciona dentro do ensino superior para construir conhecimento, produzir diferentes identidades sociais e legitimar determinados mapas de significado. Essas visões ampliaram nossa noção de política cultural e a oportunidade de tornar o pedagógico mais político, conectando a leitura e escrita de textos culturais à aquisição das habilidades e dos conhecimentos necessários para que o indivíduo se torne um leitor e ator social crítico. A partir de diversas teorias de desconstrução, pós-estruturalismo e pós-modernismo, os multiculturalistas acadêmicos apropriaram-se da virada crítica rumo à linguagem, particularmente a ênfase em estratégias de indeterminação, de incerteza e de significados polivocais, para desafiar o logocentrismo ocidental e revelar os códigos raciais que constroem a "condição branca" de maneira discursiva, como modo de opressão e de dominação. Os textos são agora vistos não apenas como objetos de luta para desafiar os modelos dominantes de autoridade racial e colonial, mas como recursos pedagógicos para reescrever as possibilidades de novas narrativas, identidades e espaços culturais. Concentrando-se na política da representação para chamar atenção para as maneiras como os textos mobilizam os significados para suprimir, silenciar e conter histórias, vozes e experiências marginalizadas, os multiculturalistas críticos reafirmaram o poder do simbólico como força pedagógica para garantir a autoridade e como estratégia pedagógica para produzir formas particulares de contestação e de resistência (GIROUX, 2003, p. 76).

A perspectiva defendida por Giroux (2003) complementa de maneira significativa o discurso da coordenadora A (instituição 1 – privada), que defende a utilização de textos na construção do conhecimento sobre as diferenças e no processo de reconhecimento da diversidade cultural como característica inerente ao ser humano.

Já a coordenadora B (instituição 2 – sem fins lucrativos) evidencia a necessidade de compreender os processos de produção da cultura popular regional e valorizá-la, ou seja, de resgatar essa cultura que, por vezes, é esquecida e/ou marginalizada em detrimento de uma cultura dominante. A coordenadora ainda destaca que um dos grandes problemas que as instituições de ensino enfrentam é a supervalorização da cultura que a elite produz e consome em relação à cultura de grupos minoritários.

Nessa direção, Candau *et al.* (2013) ressaltam a importância do resgate das histórias de vida, pessoais e coletivas, que devem ser contadas, narradas, reconhecidas e valorizadas como parte do processo educacional. Essas narrativas enriquecem o processo educativo e permitem a criação de novos arranjos e novas configurações do imaginário dos sujeitos com relação ao respeito para com o outro.

Diversidade cultural no currículo: é possível ser um tema transversal?

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN (BRASIL, 1997), a pluralidade cultural é considerada como um dos temas transversais, pois é a partir da valorização do ser integral, com suas raízes culturais, que possibilitaremos uma educação baseada na justiça e na igualdade. Segundo os PCN (BRASIL, 1997, p. 121),

Respeitar e valorizar as diferenças étnicas e culturais não significa aderir aos valores do outro, mas sim respeitá-los como expressão da diversidade, respeito que é, em si, devido a todo ser humano, por sua dignidade intrínseca, sem qualquer discriminação.

Apesar de os PCN serem voltados para os quatro anos iniciais do ensino fundamental, torna-se relevante ressaltar sua perspectiva em relação à diversidade cultural, uma vez que se trata de um dos documentos legais que irão nortear a prática pedagógica.

Segundo Candau *et al.* (2013), é comum os profissionais da educação reproduzirem os modelos educativos em que foram formados, logo seria mais fácil conseguirem tratar a pluralidade cultural como tema transversal, conforme determinam os PCN, se em sua formação a diversidade cultural também fosse trabalhada de maneira transversal. Por esse motivo, foi imprescindível analisar o tratamento dado à diversidade cultural nas ementas dos cursos de Pedagogia, buscando observar se ela é abordada como tema transversal e quais disciplinas ocupam-se do assunto.

Antes da análise, vale ressaltar que aqui será realizado um comparativo do discurso das coordenadoras com as respectivas ementas de seus cursos. Isso possibilita ir além das narrativas, buscando a sua interação com a prática pedagógica determinada pelas ementas. Serão consideradas as disciplinas que trouxerem questões sobre cultura, diversidade, diferença, inclusão, além de assuntos que abordem os grupos que de alguma forma foram e ainda são socialmente marginalizados, como os índios, os afrodescendentes, os quilombolas, os deficientes, entre outros.

Com isso, quando se questionou se a diversidade cultural é tratada como tema transversal, as três coordenadoras afirmaram que sim. Todavia, quando se indagou sobre quais disciplinas abrangem a diversidade cultural, apenas algumas poucas disciplinas foram citadas. Segundo elas, as disciplinas que versam sobre a temática são:

Língua Portuguesa, História, Metodologia da História [...] nós temos um projeto na Metodologia da História que é "histórias que eu vim contar", [...] o aluno de Pedagogia, ele produz um livro contando a história da sua região, da sua cidade, do local que ele mora [...]. Temos muitos alunos e esse projeto da Metodologia da História resgata culturalmente esse sujeito dentro do seu espaço, né? [...] Então nós temos as disciplinas da Língua Portuguesa, Educa-

ção Física, Metodologia da Educação Física, Sociologia... A própria disciplina, né?, Cultura e Diversidade Indígena e Afrodescendente, em Sociologia, Filosofia, Antropologia da Educação também trabalhamos esse tema. É um trabalho muito legal, muito bem-feito" (Coordenadora A).

As disciplinas no curso que cuidam disso são: História e tópicos especiais, que a gente abre pra falar sobre a educação do campo, sobre o multiculturalismo que também é parte de uma prática nossa, Prática IV e em geral a gente sempre orienta pra que nas demais disciplinas discutam isso, né? (Coordenadora B).

Olha, eu nunca parei para pensar sobre isso [...] Mas eu vou falar pela minha disciplina... Eu trabalho com Psicologia do Desenvolvimento, eu não falo isso explicitamente, mas implicitamente, eu falo... Quando eu falo pro aluno sobre a questão da influência da cultura, da aprendizagem, tudo isso, desenvolvimento... eu acho que implicitamente estou falando dessa diversidade cultural (Coordenadora C).

Para auxiliar a compreensão, elaboraram-se três quadros com as disciplinas que tratam da diversidade cultural no curso de Pedagogia das três instituições analisadas. Os quadros serão analisados separadamente, visando identificar se o curso trabalha a diversidade cultural como eixo transversal.

Quadro 1 Instituição 1 (privada)

Disciplina
1º período
Filosofia da Educação
2º período
Aspectos Antropológicos e Sociológicos da Educação
Psicologia da Educação
Didática
Educação Inclusiva
Filosofia da Educação Brasileira
3º período
História dos Povos Indígenas e Afrodescendentes
Conteúdo, Metodologia e Prática de Ensino da Arte
4º período
Conteúdo, Metodologia e Prática de Ensino de Língua Portuguesa
Fundamentos da Educação Indígena (optativa)
História da Arte Regional (optativa)
Educação, Sexualidade e Gênero (optativa)
Fundamentos da Educação de Remanescentes de Quilombolas (optativa)
5º período
Conteúdo, Metodologia e Prática de Ensino de História e Geografia
6º período
Políticas Públicas e Organização da Educação Básica
7º período
Tópicos em Libras: Surdez e Inclusão
8º período
História da Cultura e da Sociedade no Mundo Contemporâneo (eletiva)

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Quando se analisou a ementa do curso de Pedagogia da instituição 1 (privada), foi possível identificar que a diversidade cultural não permeia todas as disciplinas do curso, sendo transversal em apenas 17 das 63 disciplinas oferecidas pela instituição. Isso significa dizer que apenas cerca de 27% das disciplinas oferecem discussões acerca da diversidade cultural. E ainda há um agravante que pode vir a diminuir essa estatística: dentre as 17, cinco são eletivas.

Quadro 2 Instituição 2 (sem fins lucrativos)

Disciplina
1º período
Prática Pedagógica I
2º período
Filosofia
Prática Pedagógica II
Educação Inclusiva: Portadores de Necessidades Educacionais Especiais
3º período
Psicologia da Educação
Prática Pedagógica II
Sociologia
Filosofia
4º período
Psicologia da Educação
Antropologia
Libras
5º período
Tópicos Especiais I – Educação do Campo
Laboratório de Alfabetização
6º período
Fundamentos e Ação Pedagógica I – Ciências Humanas
Fundamentos e Ação Pedagógica I – Matemática
7º período
Língua Portuguesa: Fundamentos e Ação Pedagógica
Ciências Humanas: Fundamentos e Ação Pedagógica
Matemática: Fundamentos e Ação Pedagógica
Tópicos Especiais
8º período
Educação Inclusiva: Jovens e Adultos

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Diante da análise realizada, pôde-se constatar que a diversidade cultural também não abrange 100% das disciplinas do curso de Pedagogia da instituição 2. Ela é tratada como tema transversal em apenas 20 de um contingente de 58 disciplinas ofertadas pela instituição. Desse modo, entende-se que aproximadamente 34% das disciplinas conseguem cumprir a proposta dos PCN que consiste em conceber a diversidade cultural como eixo transversal. Cabe ressaltar que, por meio das ementas e das grades curriculares, não foi possível identificar se todas as disciplinas são obrigatórias ou se entre as consideradas há alguma que seja optativa.

A instituição 3, por conta de sua organização curricular diferenciada, exigiu também uma análise que levasse em consideração o modo como ela estrutura sua grade curricular. Dito isso, foi possível perceber que sua organização se divide em: disciplinas obrigatórias e disciplinas optativas. As primeiras aparecem já no arranjo curricular, enquanto as segundas serão cursadas de acordo com a oferta e a escolha dos alunos. Ou seja, há uma lista de disciplinas optativas, no entanto elas só são disponibilizadas na grade quando os professores responsáveis por elas as oferecem. A partir de então, caberá ao aluno optar pelas disciplinas de seu interesse e pelas que melhor se encaixam no seu horário.

Nessa análise, foi fundamental verificar primeiro as disciplinas obrigatórias e em seguida as optativas, por causa da especificidade da grade curricular, conforme explicitado anteriormente. Contudo, como salientado no Quadro 3, sempre que houver a existência de disciplinas optativas, nos períodos analisados e quando encontradas, será descrita sua quantidade para uma maior dimensão da compreensão analítica.

Quadro 3 Instituição 3 (pública)

Disciplina	Créditos	
	Teóricos	Práticos
1º período		
Antropologia Cultural	04	-
Optativa	03	-
2º período		
Créditos		
Sociologia da Educação I	04	-
História da Educação	04	-
Optativa	03	-
Optativa	04	-
3º período		
Créditos		
Optativa	03	-
Optativa	03	-
Optativa	03	-
4º período		
Créditos		
Currículo	04	-
Optativa	04	-
Libras: Inclusão Educacional da pessoa surda ou com deficiência auditiva	02	01
5º período		
Créditos		
Pensamento, Linguagem e Aprendizagem	04	-
Didática II	04	-
Optativa	02	-
Optativa	03	-
Eletiva	02	-
6º período		
Créditos		
Optativa	03	-
Optativa	02	-
Eletiva	02	-
Educação Inclusiva: prática do respeito à diversidade	04	-
7º período		
Créditos		
Optativa	03	-
Optativa	02	-
8º período		
Créditos		
Optativa	02	-

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Por meio da análise dos dados contidos na ementa do curso da instituição 3, foi possível chegar às seguintes informações: nas disciplinas obrigatórias analisadas, constatou-se que de um total de 34 disciplinas obrigatórias, apenas oito tratam a diversidade cultural como tema transversal (23,5%). Já entre as disciplinas optativas, podem-se destacar as seguintes: Sociologia da Educação II (4 Cr), Políticas Linguísticas na Escola (4 Cr), Corpo e Movimento (2 Cr), História Geral dos Tempos Modernos (4 Cr), Psicologia da Educação I (4 Cr), Estudo Histórico e Preservação da Cultura Escolar (4 Cr), Educação e Relações Étnico-Raciais (4 Cr), Infâncias, Brincadeiras e Aprendizagem (4 Cr), Processos de Formação Musical: Percepção, Cultura e Criação (3 Cr), Educação do Campo (4 Cr), Tópicos Especiais em Filosofia: Questões de Ética Ambiental (2 Cr), Cultura Brasileira em Perspectiva Contemporânea (4 Cr), Formação de Professores da Educação Infantil no Contexto das Relações Étnico-Raciais (2 Cr). Nesse sentido, 13 das 40 optativas contemplam a diversidade cultural (32,5%).

Levando-se em consideração que a grade indica a necessidade de o aluno cursar um total de oito disciplinas optativas que equivalem a três créditos cada, duas disciplinas de quatro créditos e quatro disciplinas que valem dois créditos, percebe-se que, por conta do número de créditos de cada optativa, não seria possível o aluno cursar todas as optativas que contemplam a diversidade cultural como tema transversal. Esse fato pode ser reafirmado também quando se considera que essas disciplinas não são oferecidas todo semestre, já que dependem da disponibilidade do professor que a ministra.

Diante do exposto, torna-se perceptível que, apesar de o discurso das coordenadoras revelar que a diversidade cultural vem sendo tratada como tema transversal no curso de Pedagogia, quando se fez um comparativo com a análise das ementas, pôde-se perceber que na grade curricular ela não se faz presente nem em metade das disciplinas oferecidas pelos cursos, em especial no que tange às disciplinas obrigatórias. Sendo assim, vale ressaltar que entre discurso e prática ainda há uma lacuna a ser preenchida, principalmente em direção a uma mudança social significativa.

Nessa direção, Henry Giroux e Peter McLaren (2013, p. 156) afirmam o seguinte:

O discurso sozinho é incapaz de provocar mudança social. É tendo em conta esse entendimento que os programas de formação de professores podem se comprometer intransigentemente com questões de emancipação e transformação, questões essas que combinam conhecimento e crítica, de um lado, e um apelo para a transformação da realidade em benefício de comunidades democráticas, de outro.

Portanto, seria interessante que os currículos dos cursos de Pedagogia abordassem a diversidade cultural como tema transversal para que aconteça uma significativa transformação do imaginário individual e coletivo em relação aos preconceitos, estigmas e estereótipos

que se encontram por muito tempo arraigados na sociedade, tendo em vista que esses profissionais estarão em um futuro próximo formando novas gerações de cidadãos.

Desse modo, a vida acadêmica/escolar poderia ser fonte não de um sistema unitário, monolítico e inflexível de regras e relações, mas uma arena fortificada em que sobressaiam contestações, lutas e resistência (GIROUX; MCLAREN, 2013).

Contudo, para que isso aconteça, é imprescindível que as instituições de ensino superior disponham de um currículo para a formação de profissionais da educação que contemple o multiculturalismo como mecanismo indispensável para uma formação que reconheça e valorize os saberes e os conhecimentos dos grupos subalternizados, implicando ética e politicamente o respeito ao outro, ao diferente e à sua cultura, um dos pressupostos para uma sociedade mais democrática (CANDAU *et al.*, 2013).

Assim, é primordial pensar o currículo a partir de uma perspectiva crítica, pois tal perspectiva permite refletir sobre estratégias de desconstrução das narrativas estereotipadas e preconceituosas a respeito das identidades nacionais e culturais, criando condições para a construção de um currículo multicultural. Contudo, Silva (2016, p. 102) ressalta que o currículo não se tornaria "multicultural"

[...] pelo simples acréscimo de informações superficiais sobre outras culturas e identidades. Uma perspectiva crítica de currículo buscaria lidar com a questão da diferença como uma questão histórica e política. Não se trata simplesmente de celebrar a diferença e a diversidade, mas de questioná-las.

Nesse sentido, um currículo centrado nessas questões evitaria o reducionismo do multiculturalismo a uma questão de informação. Um currículo que atenda a essa perspectiva deixaria de ser folclórico e passaria a ter um cunho profundamente político.

A partir do que foi dito, constata-se que ainda há uma dificuldade dos cursos de Pedagogia em instituir a diversidade cultural como eixo transversal em sua grade curricular, fato que impossibilita a utilização do multiculturalismo como política educacional e fragiliza a formação integral do pedagogo. Por esse motivo, na tentativa de compreender as possíveis dificuldades de se tratar a diversidade cultural com os alunos em sala de aula, as coordenadoras foram questionadas quanto aos desafios de se trabalhar a diversidade cultural com os alunos em sala de aula. As respostas recebidas foram as seguintes:

Às vezes eles acham repetitivo. Eles falam: "Ah! Professor fulano já falou isso [...] ah, mas professor fulano já falou aquilo". Então, a gente reúne o colegiado e define um pouco: "Você vai falar sobre isso", "então você fala sobre aquilo". Pra que não aconteça isso, porque realmente é cansativo você ouvir a mesma coisa em várias disciplinas (Coordenadora A).

Eu acho que são esses... Por exemplo, a gente tem família e a família tem os seus valores, né? A direção que é dada à criança, ao jovem em casa. Então é muito difícil a gente naquele curto espaço de 3 horas e meia ou 50, 100 minutos de aula tentar mudar, às vezes, o olhar que essa criança tem sobre a cultura, né? Nós vivemos em um país onde a cultura não tem valor praticamente nenhum. [...] Então eu acho que a grande dificuldade é que o professor mude o jeito dele de ver aquilo e que a própria família aceite como um componente curricular. A gente tem um governo atual querendo diminuir a carga horária de artes, tirar as aulas de sociologia, filosofia da matriz, então é complicado porque a gente vai e vem, a gente pensa que está muito avançado, daqui a pouco a gente percebe que tem um pensamento muito opressor [...]. Acho que é isso aí... Questão mesmo de mudança de comportamento (Coordenadora B).

Antes de tudo, eu quero dizer que tudo na vida tem que ter equilíbrio, certo?! Eu acho que nem a gente pode deixar de falar na diversidade cultural e nem de tornar essa diversidade cultural o foco da nossa atenção. Eu sou contra tudo aquilo que é tendencioso, né? Então, eu acho que desafio, é um desafio como uma outra coisa qualquer [...] Eu acho que a gente pensa que a cultura está dentro da universidade, mas a cultura, na realidade, ela está muito mais fora da universidade do que aqui dentro. O aluno lá fora, ele está vendo a diversidade cultural a todo instante. O aluno não chega aqui com os olhos fechados sobre o que é diversidade cultural. Ele tem uma bagagem de conhecimento (Coordenadora C).

Com base nessas respostas, percebe-se que todas ressaltam dificuldades diferentes, todavia pertinentes para uma reflexão sobre a postura do profissional da educação ante a diversidade cultural.

A coordenadora A (instituição 1 – privada) relatou a necessidade de articulação entre os professores das diferentes disciplinas para que o assunto não fique repetitivo. A coordenadora B (instituição 2 – sem fins lucrativos) destacou que é necessária uma mudança de comportamento da família e da escola para quebrar paradigmas, uma vez que é difícil lidar com os valores que os indivíduos trazem de fora para dentro da instituição. O professor acaba "enxugando gelo", pois ele desconstrói alguns valores nos alunos, mas tais valores são fortalecidos e ratificados socialmente do lado de fora da instituição. Já a coordenadora C (instituição 3 – pública) alerta para que a diversidade cultural não seja adotada como forma tendenciosa, pendendo a um radicalismo de ações. Ela revela que se deve respeitar a bagagem de conhecimento que o aluno traz consigo, sem supervalorizar esse conhecimento em detrimento de outros. Dessa forma, considera-se que todas as observações são pertinentes e com certeza influenciam as formas de atuação pedagógica adotadas em cada instituição.

Nesse sentido, o desenvolvimento de uma educação permeada pelo multiculturalismo pressupõe que a formação dos pedagogos vá além da sensibilização e da informação. Neces-

sita-se de um desenvolvimento de processos formativos que permitam mudanças de mentalidades, valores, comportamentos e atitudes dos diferentes sujeitos que deles participam. Com isso, entende-se que essa mudança de mentalidade deve ocorrer tanto nos alunos de Pedagogia quanto nos profissionais responsáveis pela formação deles.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde 1939, quando a Pedagogia foi instituída como curso superior, muitas mudanças ocorreram. No entanto, no que tange à diversidade cultural, mesmo que exista uma incessante busca por parte de diversos movimentos sociais por políticas públicas e políticas educacionais de valorização da diversidade, percebe-se que ainda há muito o que fazer para suprimir o desrespeito e a discriminação nas instituições de ensino.

Atualmente, o Brasil conta com leis e secretarias criadas pelo governo federal que têm por objetivo a promoção da igualdade e o respeito à diversidade no sistema educacional (Lei Brasileira de Inclusão, Diretrizes Curriculares Nacionais, PCN, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 11.645, de 10 março de 2008 – História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena etc.), todavia vale salientar que, para o respeito se perpetuar de maneira efetiva, a diversidade deve ser tratada e se fazer presente diariamente nas discussões dentro do espaço educacional e não apenas em datas comemorativas, como ocorre em muitas instituições.

Nesse sentido, compreende-se que, mesmo com todas as conquistas alcançadas por meio de muita luta, resistência e esforço, o Brasil ainda não é um país que oferece oportunidades iguais para todos, muito menos oportunidades diferentes para atender a necessidades diferentes. Diante disso, os profissionais da educação precisam continuar mobilizados para superar o desafio diário de perpetuar o respeito à diversidade cultural nos ambientes de aprendizagem.

Vale destacar que, quando se trata a Pedagogia como curso superior, torna-se impossível não pensar na educação básica, haja vista que os profissionais que lá estudam são preparados para atuarem na base da educação. Desse modo, entendendo a educação como um ciclo com níveis indissociáveis e interdependentes, faz-se necessário que as mudanças de mentalidades e de práticas pedagógicas ocorram em todos os níveis e modalidades de ensino simultaneamente para que as transformações aconteçam de maneira efetiva.

Com isso, apesar de o trabalho ter seu foco na formação de pedagogos, ao tratar o multiculturalismo como política educacional, compreende-se que essa mudança de postura e mentalidade deve ocorrer tanto no ensino superior quanto no ensino básico, para que essa prática se fortaleça e alcance seu objetivo de formar novas mentalidades individuais e coletivas livres de preconceitos e discriminação.

No entanto, ressalta-se que essa mudança ocorrendo prioritariamente no ensino superior possibilita às futuras gerações uma formação multicultural, baseada no reconhecimento da diversidade e no respeito a ela, e, mais do que isso, na compreensão histórica das relações de poder que se sustentam, até hoje, como mecanismo fundamental para origem e manutenção das desigualdades.

No que tange ao currículo, espera-se que as instituições reformulem seus currículos sempre que haja necessidade, de maneira a atender às demandas sociais latentes. Para que isso aconteça de maneira significativa, é primordial que participem desse processo de revisão: pedagogos, gestores, docentes, discentes dos cursos de Pedagogia e a comunidade em geral. Espera-se ainda que a diversidade cultural não esteja limitada às disciplinas específicas, mas que seja proposta transversal em todo o processo formativo do futuro pedagogo.

Em consonância com a previsão legal, foi possível analisar que os cursos de Pedagogia das três instituições pesquisadas estão de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais (Parecer do Conselho Nacional de Educação e Conselho Pleno (CNE/CP) nº 2/2015) e contemplam em seus currículos a temática da diversidade cultural, mesmo não sendo de maneira transversal. No entanto, verifica-se que, nos últimos anos, os referidos cursos vêm se adequando à perspectiva do respeito à diferença como forma de atender à demanda social contemporânea.

A partir dos relatos das coordenadoras, verificou-se que elas possuem considerável conhecimento quanto à relevância do respeito à diversidade cultural para a construção de uma sociedade justa e democrática. Contudo, percebe-se que ainda há um longo trajeto em direção à adoção do multiculturalismo como política educacional, tendo em vista o caráter monocultural e homogeneizador arraigado na história da educação brasileira.

Por fim, vale salientar que este estudo não deve ser considerado como algo acabado, mas sim como mecanismo para suscitar novas reflexões e questionamentos acerca da formação de futuros agentes educacionais. Até porque novas demandas surgem a todo tempo e com elas a necessidade de compreendê-las e supri-las. Mas como suprir novas demandas se nem ao menos demos conta das já existentes? Esse questionamento é mais um motivo que faz que este estudo esteja em constante construção, pois os temas aqui abordados são bastante complexos e, por isso, nem todas as questões serão respondidas de maneira que possam solucionar certos problemas. Ao contrário, muitas questões geram novos questionamentos, proporcionando reflexões que colaboram para o surgimento de diferentes compreensões que levam a novas respostas.

Pedagogy and cultural diversity: new times, new directions

Abstract: Academic and educational discussions are emerging from the disrespect to the others and the differences between them. These discussions are happening not only at elementary schools, but also at under-graduate

courses, where they are seeking, through important thoughts, a degree that embraces the multiculturalism as educational policy, in order to value and promote a cultural diversity as a latent and concrete reality in Brazilian society.

Therefore, it becomes relevant to verify how cultural diversity is taught in Pedagogy degree, based on the society needs and, school and academic realities nowadays.

In this way, the aim of this research was to comprehend how cultural diversity has been treated on Pedagogy degrees and which subjects combinations are necessary to a multicultural graduation. This research also analyzed if cultural diversity has been treated through the whole degree course, identifying the subjects that approach this issue and interviewing the coordinators of the courses.

Three universities, that offer regular Pedagogy degree courses, participated in this research in Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, to achieve the proposed goals.

The theory framework was based on educational legislations and on other relevant documents related to the teachers graduation, as well as important authors who study cultural diversity, multiculturalism and education.

Keywords: Cultural diversity. Pedagogy. Multiculturalism. Education of pedagogues. Education.

REFERÊNCIAS

APPLE, M. W. A política do conhecimento oficial: faz sentido a ideia de um currículo nacional? In: MOREIRA, A. F. B.; SILVA, T. T. da (org.). *Currículo, cultura e sociedade*. São Paulo: Cortez, 2013. p. 71-106.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 5 set. 2015.

BRASIL. *Parâmetros curriculares nacionais: pluralidade cultural*. Ensino de 5ª a 8ª série. Brasília, 1997.

BRASIL. Decreto nº 7.037, de dezembro de 2009. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, Unesco, 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7037.htm. Acesso em: 19 abr. 2016.

BRASIL NO PISA 2015: análises e reflexões sobre o desempenho dos estudantes brasileiros. São Paulo: Fundação Santillana, 2016. Disponível em: http://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/pisa/resultados/2015/pisa2015_completo_final_baixa.pdf. Acesso em: 30 ago. 2020.

CANAU, V. M. Sociedade multicultural: tensões e desafios. In: CANAU, V. M. (org.). *Didática crítica intercultural: aproximações*. Petrópolis: Vozes, 2012.

- CANDAU, V. M. Multiculturalismo e educação: desafios para a prática pedagógica. In: MOREIRA, A. F. B.; CANDAU, V. M. (org.). *Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas*. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 13-37.
- CANDAU, V. M. et al. *Educação em direitos humanos e formação de professores(as)*. São Paulo: Cortez, 2013.
- CANEN, A. G.; CANEN, A. *Organizações multiculturais: logística na corporação globalizada*. Rio de Janeiro: Ciências Modernas, 2005.
- GADOTTI, M. *Diversidade cultural e educação para todos*. Juiz de Fora: Graal, 1992.
- GIROUX, H. *Atos impuros: a prática política dos estudos culturais*. Porto Alegre: Artmed, 2003.
- GIROUX, H.; MCLAREN, P. Formação do professor como uma contraesfera pública: a pedagogia radical como uma forma de política cultural. In: MOREIRA, A. F. B.; SILVA, T. T. da (org.). *Currículo, cultura e sociedade*. São Paulo: Cortez, 2013. p. 141-173.
- GIROUX, H.; SIMON, R. Cultura popular e pedagogia crítica: a vida cotidiana como base para o conhecimento curricular. In: MOREIRA, A. F. B.; SILVA, T. T. da (org.). *Currículo, cultura e sociedade*. São Paulo: Cortez, 2013. p. 107-140.
- LIBÂNEO, J. C. *Adeus professor, adeus professora? Novas exigências educacionais e profissão docente*. São Paulo: Cortez, 2011.
- RODRIGUES, N. *Da mistificação da escola à escola necessária*. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- SAVIANI, D. *Interloquções pedagógicas: conversa com Paulo Freire e Adriano Nogueira e 30 entrevistas sobre educação*. Campinas: Autores Associados, 2010.
- SILVA, T. T. da. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

Recebido em maio de 2019.

Aprovado em maio 2020.